



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681008 - SP (2021/0224094-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : GUSTAVO HENRIQUE ROSSI PASSADOR E OUTRO  
**ADVOGADOS** : GLAUDECIR JOSÉ PASSADOR - SP066186  
GUSTAVO HENRIQUE ROSSI PASSADOR - SP408205  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : RITA DE CASSIA BAGNATO REALI  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RITA DE CASSIA BAGNATO REALI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (15023362420188260566).

A paciente foi condenada à pena de 3 anos e 9 meses de reclusão em regime fechado por infração ao art. 129, § 1º, inciso III, c/c o art. 61, inciso II, *h*, do Código Penal. Provida em parte a apelação, entendeu-se por reduzir a pena da paciente para 2 anos e 4 meses no regime inicial semiaberto.

Os impetrantes sustentam que de maneira inequívoca o regime inicial de cumprimento de pena para o caso em concreto é o aberto e que não há fundamentação legal para o estabelecimento do regime inicial fechado. Alegam que as circunstâncias são evidentemente favoráveis à paciente, que é primária, possui bons antecedentes, residência fixa e emprego certo.

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que se modifique o regime de início de cumprimento de pena estabelecido para a paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente